VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 393, DE 2024
Mensagem A-nº 060/2024 do Senhor Governador do Estado

São Paulo, 5 de agosto de 2024

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 393, de 2024, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 33.875.

De origem parlamentar, a proposta objetiva instituir a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA.

Não desconheço os relevantes propósitos que ensejaram a iniciativa, porém vejo-me compelido a negar sanção ao projeto pelas razões que passo a expor.

Conforme disposto nos artigos 1º e 2º do projeto, a referida política de pagamento será desenvolvida e executada pela Administração estadual, com observância da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, instituída pela Lei federal n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021.

Ocorre que o Estado de São Paulo já instituiu e vem desenvolvendo uma política de pagamento por serviços ambientais em consonância com a lei federal, conforme as disposições do Decreto n.º 66.549, de 7 de março de 2022.

O principal intento do Legislador, portanto, já se encontra amparado, de forma mais abrangente, pelas normas em vigor, e está concretizado na Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, no Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA e no Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais, instituídos pelo mencionado decreto de 2022.

À guisa de exemplo, cito a edição da Resolução SEMIL n.º 87, de 2023, que instituiu o “Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para incentivar a conservação de vegetação nativa e a restauração de paisagens e ecossistemas – PSA Refloresta-SP” no âmbito do Programa Refloresta-SP, que busca a ampliação da cobertura vegetal com geração de trabalho e renda e o desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei nº 393, de 2024, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.